

Entrevista com Marco Aurélio Nogueira: Intelectuais e comunistas no Brasil da redemocratização

Marcelo Fontenelle e Silva¹

338

A entrevista que segue foi realizada com o professor Marco Aurélio Nogueira, no dia 19 de fevereiro de 2021. Nogueira é doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (1983) e docente na Universidade Estadual Paulista (UNESP – campus Araraquara) desde 1976. Sua trajetória intelectual foi fortemente marcada pela militância no Partido Comunista Brasileiro e pelo vínculo à universidade, em um contexto em que os espaços político e intelectual passavam por um processo de intensa transformação – as décadas de 1970 e 1980.

Intelectual com reconhecida atuação tanto no universo acadêmico quanto no espaço público, colaborou com veículos da imprensa, publicou diversos livros – entre eles, podemos destacar sua tese de doutorado, publicada em 1984 e republicada em 2010² - e traduziu trabalhos de autores como Antonio Gramsci e Norberto Bobbio. A entrevista teve como foco a sua história de vida e o modo como pensou e articulou atuação política e intelectual. Temos, portanto, um documento útil para todos aqueles que possuem interesse na relação entre os intelectuais e a política e na história das Ciências Sociais no Brasil. É um convite para pensar as

¹ Doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos, integrante do Núcleo de Estudos dos Partidos Políticos Latino-Americanos (NEPPLA) e bolsista CAPES. E-mail: marcelofontenelle@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7084-3714>.

² NOGUEIRA, M. A. **O encontro de Joaquim Nabuco com a política**. As desventuras do liberalismo. 2ª Ed. São Paulo, Paz e Terra, 2010.

transformações nas condições de exercício do ofício intelectual e as possibilidades de exercê-lo.

Marcelo Fontenelle e Silva: professor, gostaria que o senhor começasse contando um pouco sobre a sua configuração familiar. Em especial, profissão e escolarização dos pais. O primeiro contato com o mundo das letras, de forma geral.

339 **Marco Aurélio Nogueira:** Minha família é classe média típica, paulistana. Meus pais vieram do interior de São Paulo (Barretos e Pirassununga) para a capital em busca de trabalho. Minha mãe era de família italiana, meu pai de família portuguesa. Ambos trabalharam a vida inteira, criaram os filhos, valorizando a educação. Minha mãe trabalhou desde muito jovem. Aposentou-se aos 70 anos como funcionária da Caixa Econômica Federal. Chegou a formar-se no Magistério (Escola Normal), para ser professora, mas não seguiu esse caminho. Não era uma pessoa da área de letras, mas tinha boa cultura geral. Meu pai era professor de língua portuguesa. Trabalhou durante muitos anos no SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) e teve uma presença muito interessante na minha vida de criança, porque vivia corrigindo a gente, como bom professor que era. É provável que isso tenha me ajudado a ter maior intimidade com a língua portuguesa e a linguagem. Sempre me considerei uma pessoa com facilidade para escrever. Sempre escrevi muito, e com o tempo passei a adquirir autonomia. Mesmo quando virei adulto e comecei a escrever em jornais, meu pai sempre comentava e corrigia meus textos, de modo suave e discreto. Em suma, minha trajetória foi bastante impulsionada por essa presença intelectual, mas mais técnica, do meu pai. Com a insistência em cuidar da linguagem, da escrita, ter sempre dicionários ao lado, se preocupar com os sinônimos, com os antônimos, os tempos verbais. Em minha casa, não era permitido falar errado.

A maior influência familiar que tive não foi política ou intelectual, mas moral. Ser honesto e lutar pela vida com dedicação, sem desperdício ou consumo desnecessário. Cresci tendo claro que cada um deveria caminhar conforme o salário que recebesse e sem medir sacrifícios. Esses foram valores muito fortes, marcantes, que me forjaram.

Depois do ginásio, me matriculei na Escola Técnica Têxtil do SENAI, junto com primos e amigos vizinhos, por influência direta de meu pai, que na época era diretor da escola. Foram quatro anos de curso em período integral, numa escola que ficava no Brás, do outro lado do bairro em que morávamos. Aquela situação ajudou a me “tirar de casa” e me pôs em contato com o mundo industrial. O curso era técnico, com pouquíssimas preocupações com as Humanidades. Ao concluí-lo, tive de estagiar em uma tecelagem, para então ser diplomado. Foi um estágio protocolar, sem maior envolvimento.

Foi portanto de maneira surpreendente que eu, em vez de seguir alguma carreira técnica ou uma formação universitária compatível com ela, ingressei no curso de ciências sociais, com 19 anos. Na verdade, a intenção inicial era fazer jornalismo. Prestei o vestibular para a Escola de Comunicação e Artes da USP, mas não entrei. Fiquei como “excedente”, com média mas sem vaga. Houve um movimento de estudantes para ver se se conseguiria ampliar o número de vagas. Enquanto isso acontecia, resolvi fazer o vestibular de ciências sociais, na Escola de Sociologia e Política. Era um dos poucos vestibulares que restavam no início de 1969. Fui aprovado e comecei a frequentar o curso.

Tudo na minha vida foi muito precoce. Não sei por qual razão. Mas tudo aconteceu muito depressa e muito antes do que eu imaginava. O próprio envolvimento com o curso e as atividades mais acadêmicas foi repentino, e dependeu bastante das amizades lá feitas (Raul Matteos Castells, Reginaldo Forti, Vera Lúcia Caldas, entre outros) e de alguns professores particularmente carismáticos. Eu me formei em 1972 e fui imediatamente colocado em sala de aula como professor, tanto na própria Escola de Sociologia quanto na PUC de São Paulo. Eu tinha 23 anos e já estava dando aulas de sociologia e antropologia, para alunos um pouco mais jovens do que eu. Foi um desafio.

Houve alguma preparação específica para isso, mas não programada formalmente. No terceiro ano do curso, fui convidado para ser monitor pela professora Cecília Renner, depois pelo professor Antonio Gonçalves, com quem iria dar aulas após a formatura. O monitor era uma figura valorizada na época, tinha relevância didática,

ajudava os professores com seminários e discussões. Aprendi muito com isso. A atividade foi fundamental para que eu cogitasse de seguir a vida de professor e para que começasse a recuperar a má formação em Humanidades que havia tido no colegial técnico.

Naqueles anos, depois do ginásio (hoje, ensino fundamental) o estudante tinha duas opções: o colegial científico e o colegial clássico. O colegial científico abria-se para as ciências exatas – matemática, física, química. E o colegial clássico para as humanas. Segui o colegial científico. E, mais que isso, um curso técnico. Minhas lacunas em Humanidades (História, Filosofia, Geografia) ficaram enormes e apareceram logo nos primeiros anos do curso de Ciências Sociais. A única contrapartida era minha facilidade de escrever e a leitura. Eu sempre havia lido bastante, mas livros de literatura, Monteiro Lobato, Jorge Amado, Graciliano Ramos, Machado de Assis, os volumes da coleção “Jovens de todo o mundo”, contos policiais aos montes. Eu vivia lendo. Mas tinha pouca formação em filosofia, em história. Minha formação era precária, compatível com a escolarização que tive.

341 Durante muito tempo, mesmo quando já dava aulas, fiquei obcecado pela necessidade de recuperar o terreno perdido. Talvez isso tenha até me ajudado, eu estudava o dia inteiro, pois achava que não estava suficientemente preparado para ser professor universitário. Ou seja, precisei suar um bocado para seguir carreira acadêmica.

Tive muita ajuda de colegas e professores. Na Escola de Sociologia e Política, aprendi a assimilar o modo de dar aulas de alguns professores, a postura deles em classe, o relacionamento que tinham com os estudantes. Foram marcantes, lá, os professores Reynaldo Carneiro Pessoa, Claudio Arantes, Antonio Gonçalves, Cecilia Renner e sobretudo Edgard de Assis Carvalho, com quem fiz pesquisa de campo em Antropologia e que, assim que me formei, no final de 1972, me levou para a PUC, para trabalhar no Ciclo Básico. A experiência na PUC de São Paulo foi muito enriquecedora em termos intelectuais, por vários motivos. Lá aprendi a organizar aulas, a encarar turmas de 40 alunos, a avaliá-los de maneira ampla. Éramos uma equipe de 20 professores, coordenados por Geraldo Di Giovanni, meu grande amigo até hoje, e por Josildeth Gomes Consorte. Dávamos aulas de Antropologia e

Realidade Brasileira. Fiquei dois anos na equipe, e foi como se eu tivesse feito um segundo curso de Ciências Sociais.

Saí da PUC no início de 1975 e ingressei na pós-graduação em Ciência Política da USP, com o professor Oliveiros S. Ferreira. Eu queria pesquisar a influência do positivismo na formação e na mentalidade dos militares brasileiros. Com o tempo, abandonei o tema e fui estudar Joaquim Nabuco. Nos primeiros anos da pós-graduação o que eu fazia mesmo era assistir aos cursos, só me entreguei à pesquisa depois. Em 1976, ingressei como professor da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, que naquele mesmo ano seria incorporada à UNESP, que começava a ser organizada. Fui dar aulas de Sociologia e mais tarde, depois do doutoramento (1983), me transferi para o departamento de Política. Minha trajetória acadêmica sempre foi bastante multidisciplinar: dei aulas de Sociologia, Antropologia, Ciência Política, pesquisei e escrevi nessas áreas, tendo sempre o marxismo como referência, o que reforçava a recusa à disciplinaridade, à compartimentação dos saberes, como diríamos hoje.

342

Mais ou menos por volta de 1975, 1976, 1977, juntamente com amigos e colegas (Gildo Marçal Brandão, em particular), começamos a nos aproximar do “Partidão”, o Partido Comunista Brasileiro, que tinha sido dizimado em 1975 e começava a se reorganizar clandestinamente. Os dirigentes haviam saído do país, um monte de gente presa, muitos mortos e desaparecidos. Os colegas de faculdade, alguns professores, alguns alunos, conversávamos muito a esse respeito. A Escola de Sociologia era uma espécie de “território livre”, por onde transitavam militantes de várias organizações de esquerda, muitos vinculados ao PCB. Quando você procura, você acha – e terminamos por entrar no mundo do partido comunista. Discretamente, no início, mas pouco a pouco de uma maneira mais efetiva.

Em termos pessoais, meu engajamento foi relativamente curto (cerca de dez anos), mas muito intenso. Fiz parte da direção estadual do partido, conheci muita gente, fiz muitas reuniões, escrevi muitos textos partidários. Tudo dentro da legalidade possível. Depois de 1979, com a anistia, tudo ficou mais fácil e a gente pôde fazer política com um pouco mais de tranquilidade.

Marcelo Fontenelle e Silva: Os seus primeiros contatos com a política foram entre 1975 e 1976? Foram no movimento estudantil universitário?

Marco Aurélio Nogueira: Não. Fiz política universitária durante os anos da graduação (1969-1972). Em 1975-76, quando me aproximo do PCB, eu já estava fora do movimento estudantil. Passei a fazer política em outros ambientes além da universidade. Na universidade também, com certeza, ainda que de forma bem seletiva (nunca fiz política partidária em sala de aula, nem vivia tentando atrair estudantes para o partido, por exemplo). Eu procurava uma forma de militância política de caráter intelectual e associativo, concentrado (como tantos outros colegas) na oposição à ditadura e na denúncia de seus crimes. Buscava seguir a ideia de que era preciso ser marxista, mas sem despejar nas pessoas a dogmática marxista, que se devia ter certa sofisticação para defender o marxismo.

343

A atuação mais próxima ao PCB, a partir de 1975 e 1976, me permitiu conhecer os comunistas de verdade e a ter maior experiência organizacional. O partido estava em uma situação precária, era difícil falar ou agir em nome dele. Minha militância sempre foi muito intelectual, em torno da ideia de um marxismo flexível, um marxismo que não fosse dogmático, que não fosse fechado em si. Que dialogasse com outras correntes teóricas e as incorporasse. Um marxismo renovado, não dogmático, sempre foi o eixo em torno do qual eu me situei, mesmo quando passei a ter funções e atividades partidárias. Fui editor do jornal do partido (*Voz da Unidade*) durante 1980-1981, participei da Revista *Temas*, da revista *Presença*, escrevi regularmente nos semanários que existiram nos anos 1970 (Opinião, Movimento), passei a escrever para o Estadão em 1974. Sempre tive um engajamento muito forte nessa área.

As revistas não eram iniciativa do partido. Mas o jornal *Voz da Unidade* era órgão do partido. Então ali eu não podia só fazer militância intelectual, digamos assim. Eu tinha que entrar em confronto, em diálogo, com os dirigentes do partido. A ideia de renovação intelectual, cultural, se combinou com a ideia de renovação política. A gente acreditava que era possível organizar um partido comunista que não fosse pesado, dogmático, duro. Queríamos pegar a política e a organização do partidão e

colocá-las em outro invólucro, de um partido mais arejado, mais atento, mais dinâmico, menos “religioso” e ideológico.

Marcelo Fontenelle e Silva: professor, além das suas posições nos jornais e nas revistas, o senhor ocupou também cargos de direção no partido?

Marco Aurélio Nogueira: Fui do Comitê Estadual do partido aqui em São Paulo, de 1979 a 1983. Até 1979, a rigor, não existia direção nacional do partido. Os dirigentes estavam todos no exílio. Os que não conseguiram sair acabaram sendo mortos, assassinados. Então, não havia um Comitê Central do PCB. Havia um grupo na Europa que, de tempos em tempos, mandava o jornal *Voz Operária* clandestinamente para o Brasil e algumas pessoas tinham acesso a ele. Era o que se tinha de orientação nacional.

344

Os grupos estaduais, regionais, municipais do partido foram se aglutinando sem que houvesse uma direção nacional. Em São Paulo se organizou uma direção estadual bastante expressiva, bastante ativa, liderada por David Capistrano da Costa Filho. Foi ele que aglutinou o grupo de comunistas que fez o jornal *Voz da Unidade*, em 1980. Eu estava nesse grupo. Fui dirigente do Comitê Estadual, o diretório estadual, entre 1979 e 1983, quando me afastei.

Marcelo Fontenelle e Silva: A minha pergunta seguinte era justamente sobre a relação que os comunistas no Brasil mantinham com os militantes que estavam no exílio. A gente sabe que a partir de 1974, principalmente, a direção foi quase toda para o exílio europeu e se constituiu ali um núcleo intelectual muito ativo (com Leandro Konder, Carlos Nelson Coutinho, Ivan de Otero Ribeiro, entre outros), a chamada assessoria do Comitê Central. Havia um diálogo? Como esses jornais chegavam?

Marco Aurélio Nogueira: Eles chegavam clandestinamente, na bagagem de alguém que vinha da Europa e que, eventualmente, trazia uma matriz e imprimia em alguma gráfica clandestina no Brasil. Mas os contatos se limitavam basicamente a isso ou a contatos pessoais. Eu me lembro, por exemplo, quando começamos a

fazer a revista *Temas de Ciências Humanas* – que durou bastante tempo, publicou 10 números entre 1977 e 1981. A revista procurava funcionar como uma espécie de veículo de aglutinação de intelectuais marxistas simpáticos ao partido comunista, ou diretamente vinculados, até onde era possível ser diretamente vinculado. O Conselho Editorial da revista era formado por Raul Mateos Castells (dono da Editora Ciências Humanas), Gildo Marçal Brandão, José Chasin, Nelson Werneck Sodré e eu. Atuei como coordenador editorial da revista e fiz contato com esse núcleo de intelectuais que assessoravam o Comitê Central do partido na Europa – Carlos Nelson, Leandro Konder, Ivan Ribeiro, Mauro Malin. Eles formavam, na verdade, um grupo de assessores vinculados a Armênio Guedes, figura que tem uma importância estratégica para uma pesquisa como a sua, pois o Armênio sempre foi o responsável do Comitê Central pelo trabalho cultural. Ou seja, pelo contato com os intelectuais. Uma grande figura! Morreu velhinho e ativo, em 2015. Há muitos livros escritos sobre ele, que fornecem bom material de pesquisa.

345 **Marcelo Fontenelle e Silva:** Mauro Malin lançou recentemente uma biografia dele, com uma série de entrevistas³...

Marco Aurélio Nogueira: Isso! É a melhor coisa que se tem. Não vai resolver nenhuma grande questão sua, mas te porá em contato com a história que girou em torno do Armênio. Então, esse grupo de intelectuais na Europa era vinculado ao Armênio. E eu comecei a trocar cartas com eles. Mantive uma correspondência enorme com essas pessoas. Fiz cópia carbono de quase todas as cartas que escrevi. Tudo guardado, se é que as traças não destruíram. Os contatos, aqui em São Paulo, quando começou a se materializar um trabalho partidário, eram feitos pelos comunistas mais antigos. Aqueles que tinham sido presos, cumprido pena, soltos, como é o caso do David Capistrano Filho, que foi o principal articulador dessa aglutinação comunista aqui em São Paulo. O David também morreu, já faz bastante tempo. Morreu muito jovem, ele tinha a minha idade, éramos da mesma geração. David foi o motor da organização paulista de comunistas naqueles anos. Era um

3 MALIN, M. **Armênio Guedes – um comunista singular**. Rio de Janeiro: Ponteio, 2018.

cara que tinha o comunismo no sangue – a família dele toda era comunista, o pai tinha sido assassinado em 1973-74. Quando saiu da cadeia, em 1976-77, Davizinho começou a circular, a conversar, a atrair pessoas. Eu o conheci nessa época. Nós tivemos um longo relacionamento no que diz respeito à questão de organizar os comunistas de São Paulo.

Pessoalmente, aqui em São Paulo nós aproveitávamos muito a troca de cartas e sempre havia algum pombo-correio vindo da Europa, trazendo informações, notícias, orientações, promovendo discussões. É como bola de neve, né? A coisa foi crescendo, ainda que nunca em um nível de massa, pois isso não dava, até 1979, quando vem a anistia e esses dirigentes do exílio voltam para o Brasil. Voltam todos mais ou menos na mesma época. E aí começa outra etapa, o partido passa a se reorganizar nacionalmente e abre-se em atrito com os coletivos estaduais que tinham se organizado por conta própria quando os dirigentes nacionais estavam no exílio. Isso foi fonte de muita disputa interna no partido. Poderia o Comitê Central que voltava do exílio enquadrar, digamos assim, os comunistas nos estados? Houve muito atrito, muita luta interna, em torno disso e, evidentemente, das diferenças de concepção de como fazer política. A grande questão era definir como passar “do partido que temos para o partido que queremos”, como escrevi num texto encaminhado à *Tribuna de Debates* do PCB em 1982. Era estabelecer com clareza qual democracia deveria ser a nossa, como concluir o fim da ditadura, que regime organizar em substituição a ele. Era deixar claro que o PCB não poderia ser visto como um satélite da União Soviética. Em suma, a pauta era ampla e explosiva, gerava grandes polêmicas e grandes conflitos internos.

346

Marcelo Fontenelle e Silva: Parte da literatura sobre a história do partidão vai apontar que, principalmente depois de 1975, se não me engano, essa disputa se acirra e vão ser formadas três vertentes: a corrente renovadora, o pântano (ou centro pragmático) e a corrente prestista. Você concorda com essa divisão?

Marco Aurélio Nogueira: Não concordo totalmente. Primeiro porque não é a partir de 1975. Entre 1975 e 1977, até 1978, não há nada disso no Brasil. O partido, a rigor, não existia. Então, se ele não existia, não poderiam existir correntes internas

com clareza e identidade própria. Havia núcleos que pensavam o partido de um modo mais ortodoxo, outros com grande heterodoxia. O eurocomunismo já havia avançado na Itália, na França, na Espanha, e influenciava muitos comunistas, incentivando-os a combater os parâmetros comunistas tradicionais.

Havia também o prestismo, corrente histórica do partido. Vem lá do Cavaleiro da Esperança, como você sabe, nos anos 30. O prestismo sempre foi muito forte no PCB, atravessou as décadas e chegou até 1977-78, quando Prestes começa a divergir dos outros dirigentes. Prestes rompe com o Comitê Central e quando volta para o Brasil vai tornar pública uma dissidência. Mobilizará uma parte dos comunistas que o respeitavam de uma maneira quase religiosa. Eram os comunistas menos intelectuais, mais ortodoxos, presos à imagem do Cavaleiro da Esperança, do revolucionário, do homem que não se entregou nunca, a imagem da Olga Benário... toda essa história, que sem dúvida nenhuma é heroica, mas transformou o Prestes em um ícone inquestionável, quase um santo. Quando ele rompe com a direção nacional do partido, foi uma confusão enorme entre os comunistas. Ele era uma figura pública que tinha prestígio e seguidores.

347

O Comitê Central tinha a máquina na mão, a estrutura burocrática do partido, os contatos, falava em nome dos estatutos do partido, do programa do partido. E o Prestes veio atirando para todos os lados. Acabou perdendo a briga, não conseguiu vencer o Comitê Central. Com o tempo, Prestes foi ficando à margem de tudo. Ele morreu isolado, tentando criar um partido comunista dele, sem ter sucesso nisso. E o Comitê Central, ao contrário, foi no sentido oposto, foi-se fortalecendo.

No meio dessas coisas todas, foram surgindo os “renovadores”. Formavam um grupo heterogêneo, disperso por várias localidades, sem um “centro” articulador bem definido. Não tinham expressão na direção nacional do partido. Esse período é chave para se entender um pouco o que aconteceu com o Partido Comunista. Em 1979 volta o Comitê Central, mas nós aqui em São Paulo já tínhamos posto na rua o jornal *Voz da Unidade*. Compartilhávamos a direção do jornal com o Comitê Central. Estávamos juntos, Comitê Central e Comitê Estadual de São Paulo, com o

prestismo fora – Prestes já tinha se excluído de qualquer composição com essas duas correntes.

348 O conceito de “pântano” é impreciso. Não sei o que se entende por isso. O que você tinha, ali no Comitê Central, era uma maioria, mas era uma maioria entre 30, não era a maioria de 500. O Comitê Central tinha algumas poucas dezenas de integrantes. E uma parte importante dele expressa o velho comunismo sem atualização. O velho modo de pensar o movimento político, o movimento de massas, a democracia, a organização partidária, tudo aquilo que PCB havia construído nas décadas anteriores. Com um mérito: eram todos, ou pelo menos a maioria, muito zelosos da última grande política que o partido tinha elaborado, que foi a política do VI Congresso de 1967. Todos estavam convencidos de que a questão política brasileira tinha que se resolver pela via democrática, com ênfase nas disputas eleitorais e em uma ampla frente de massas, agregando todas as pessoas que se dispusessem a lutar contra a ditadura. Esse é um mérito que aquele Comitê Central tinha. Agora, do ponto de vista da organização partidária, eles eram duros. Eles faziam uma aplicação ortodoxa demais do centralismo democrático, ou seja, do processo de tomada de decisões dentro do partido. Havia algum debate interno, evidentemente. Mas o processamento desse debate, em termos de se converter em formulação política, era imperfeito. O Comitê Central acabava resolvendo isso de maneira burocrática, dura. A ideia de renovação apontava para a criação de uma forma de organização partidária que fosse efetivamente democrática. E que fosse efetivamente atenta às circunstâncias externas, que dialogasse com as forças novas que estavam surgindo – por exemplo, o movimento feminista, o PT – e tivesse mais jogo de cintura com os aliados ou com os que estavam próximos da linha política do partido. Então, eu acho que o conceito de “pântano” não ajuda a entender essas divisões dentro do partido.

Claro que, como qualquer grupo de dirigentes, você tinha ali, no Comitê Central, pessoas que eram mais arejadas – como Armênio Guedes – e pessoas mais duras, mais pesadas, mais burocráticas. Mas eu não falaria em “pântano”, que é uma forma pejorativa para se referir aos que seguiam os comandos do Comitê Central e se distanciavam do que pensavam os renovadores, formando uma espécie de meio

de campo, de gente sem um pensamento muito autônomo, muito estruturado e obedecendo de forma mais cega às diretrizes que o Comitê Central fixava.

Aqui em São Paulo, queríamos ser os formuladores. Então, daí veio muita briga, ao final da qual nós, renovadores paulistas, perdemos. A gente saiu do partido no começo de 1983. E aí, então, tem início uma outra história da ideia de renovação, no ambiente comunista. Junto com a nossa saída aqui de São Paulo, houve uma diáspora meio generalizada de comunistas pelos estados. Muitos permaneceram. Mas as pessoas com quem tínhamos mais contato, aqui em São Paulo, saíram ou se afastaram, com maior ou menor ruído. Muitos, inclusive, foram para o PT. Esse pessoal que estava no exílio, por exemplo – Carlos Nelson, Leandro Konder – foram para o PT. Aqui em São Paulo, David Capistrano Filho e vários outros que giravam em torno do David, foram para o PT. Eu fiquei sem partido. Me tornei um comunista sem partido, como eu gostava de falar.

349 **Marcelo Fontenelle e Silva:** A sua saída, então, aconteceu em 1983, logo depois do VII Congresso do PCB?

Marco Aurélio Nogueira: Na verdade, o VII Congresso não ocorreu na data em que foi convocado, dezembro de 1982. Os delegados se reuniram mas, quando estava começando a discussão, a polícia entrou e prendeu todo mundo. Eu te dou até a data certa: 13 de dezembro de 1982 – dia do meu aniversário. Eu era um dos delegados ao congresso. Então eu carrego no peito essa medalha de ter sido preso no dia do meu aniversário (risos). Então o congresso não aconteceu. Ele foi acontecer algum tempo depois, creio que em 1984. Logo mais pra frente, no início dos anos 1990, o PCB irá se dissolver, convertendo-se no PPS.

Marcelo Fontenelle e Silva: O Congresso, provavelmente pelo fato de não ter existido mas, pelo contato que eu tive com algumas entrevistas e a biografia do Armênio Guedes, se firmou como um marco em que os renovadores saíram e deram início à *Revista Presença*. Parece que há uma relação direta com a não realização do Congresso. Certo?

350 **Marco Aurélio Nogueira:** Nós não saímos do partido por causa do congresso ou da não realização do congresso. Nós saímos por divergências em relação a um monte de coisas. Em relação ao modo de fazer a legalização do partido, ao modo de pensar o movimento democrático e o movimento sindical, à própria ideia de partido... A pauta de divergências era bastante grande. Então, quando nós saímos, começamos a pensar em ter alguns instrumentos que nos mantivessem vivos e ativos no debate político e intelectual. A *Revista Presença* foi uma tentativa - do meu ponto de vista bem sucedida, durou bastante, fez acho que 18 números - de aglutinar a intelectualidade marxista-comunista, com a liberdade de emitir opiniões políticas o tempo todo. Não era uma revista acadêmica. Era uma revista de cultura e política. Nossa intenção, com a revista, era continuar essa batalha pela renovação, pela atualização – até melhor do que renovação – do pensamento marxista-comunista, ou seja, do marxismo tal como pensado pelos comunistas. O que tentávamos fazer com a *Revista Presença* era aglutinar a intelectualidade com o propósito, o objetivo, de atualizar o pensamento marxista e formular uma teoria política para o Brasil. Tudo isso com grande modéstia, porque éramos poucos, não tínhamos financiamento de ninguém e fazíamos a revista com sangue, suor e lágrimas. Milton Lahuerta pode te contar bastante sobre isso – ele teve até mais presença na *Revista Presença* do que eu, porque quando a revista começou a ser feita, em 1983, um ano e meio depois eu fui fazer pós-doc na Itália. Então eu fiquei de julho de 1984 até dezembro de 1986 fora. Acho que eu publiquei um ou outro artigo na revista, não lembro, mas quem tocou a revista, quem fez o trabalho nesse período foi o Milton.

Paralelamente à *Revista Presença*, o pessoal aqui de São Paulo, que também tinha saído do partido, mas tinha uma posição de ativismo político direto, no sentido estrito da expressão, criou um jornal chamado *A Esquerda*. *A Esquerda* e *Presença* vieram a público quase ao mesmo tempo. Mas nunca houve uma cooperação entre os dois empreendimentos. No começo, David Capistrano até estava no conselho editorial da *Presença* mas, depois, com a opção dele pela política mais militante, ele acabou indo para o PT e, nesse intervalo, ele criou *A Esquerda*, que era um semanário, mas que teve vida curta, não foi algo muito expressivo. A *Revista Presença* teve muito mais influência no ambiente que ela visava, que era o ambiente intelectual, da política cultural, digamos assim.

Marcelo Fontenelle e Silva: Professor, estou muito curioso também em relação à *Revista Presença* porque boa parte do meu interesse está em entender a relação entre a política e os intelectuais a partir da trajetória desses comunistas. E a década de 1980, pensando no espaço intelectual e universitário mais especificamente, é muito marcada pela profissionalização e especialização dos intelectuais, em que esse vínculo entre os intelectuais e a política muda bastante. Eu gostaria que o senhor comentasse um pouco sobre o que se passa na *Presença* e nas iniciativas intelectuais desse conjunto de atores...

351 **Marco Aurélio Nogueira:** Acho que você deveria considerar dois momentos nessa história da relação entre política e intelectuais tendo como referência o partido comunista. O primeiro é o momento dos anos da clandestinidade mais explícita ou menos explícita do partido. O partido foi clandestino sempre, só teve dois ou três anos de vida legal, entre 1945 e 1947, depois foi posto na ilegalidade e dela nunca mais saiu, a não ser nos anos 1980, quando até lançou candidato à Presidência da República com a legenda do PCB. Na eleição de 1989, Roberto Freire foi candidato à presidência pelo PCB, tendo o sanitarista Sérgio Arouca como vice. Mas, antes disso, a legalidade do Partido Comunista era disfarçada – ele atuava ou dentro do MDB ou, antes, dentro do PTB e de outros partidos ou núcleos de movimentos. Então, essa é uma fase em que os intelectuais existiam basicamente com duas funções. Uma era a função de representar ou dar visibilidade ao Partido Comunista. Todo mundo sabia que Vilanova Artigas ou Oscar Niemeyer, que são dois arquitetos importantes, eram ligados ao Partido Comunista. E ninguém podia fazer nada, porque não tinham provas disso, mas eles atuavam. Estou falando deles dois, mas havia dezenas de intelectuais, no sentido amplo – arquitetos, engenheiros, médicos, professores, pesquisadores, artistas, montes de artistas – que tinham essa função, eram uma espécie de emblema para os demais. Eles mostravam: “olha, o partido comunista não pode aparecer, portanto, acreditem no que estou falando”. Eu estou ironizando um pouco, mas era essa uma das grandes funções dos intelectuais. Tanto que, mais tarde, quando eu me aproximei do partido, sempre houve uma crítica ao que nós chamávamos de “o uso instrumental dos intelectuais”, ou seja, os intelectuais serviam – não só para isso, mas também para isso – para dar face pública ao partido. O partido não estava muito

interessado no que eles pensavam, no que eles faziam. Queria usar o prestígio que vários intelectuais tinham para se manter vivo como partido, ainda que clandestino.

Então, essa era uma função. A outra função era a função redacional, de elaboração de textos. Isso sempre foi muito forte no partido. Você tinha que redigir uma resolução, “Ah, chama aí um intelectual para ele dar o acabamento final”. E isso, vale dizer, nunca foi um privilégio exclusivo do Partido Comunista – todo partido que se preze tem isso, tem um grupo de “escribas” que vão transformar em letras aquilo que se decide como orientação política. Então, os intelectuais, nesse período de clandestinidade, serviram também para isso. Eram as duas funções.

352 O segundo momento corresponde ao período em que o partido volta à vida mais legal, ou seja, depois da anistia. O antigo lugar dos intelectuais continua a existir. Mas foi complementado por outra função, que era a de ativação cultural no sentido amplo. Quer dizer, os intelectuais comunistas depois da anistia são pessoas que estão buscando organizar de fato o mundo da cultura com esforços próprios. Então eles passam a se envolver em movimentos, passam a ocupar direção de sindicatos ou de grupos artísticos, se envolvem na luta universitária, que é um terreno que cresce muito a partir dos anos 1980, quando a universidade foi-se colocando como um agente da luta democrática. Claro que você tinha movimento estudantil mas, em comparação com os dias de hoje, era tudo muito fraco. Mas aí haverá a SBPC⁴, ali no final dos anos 1970, funcionando como uma ativação da intelectualidade acadêmica. A rigor, o que eu conheci de universidade é algo que vem daí, aí começa a ganhar corpo aquilo que conhecemos, bem ou mal, como universidade. Então, esses intelectuais, depois da anistia, vão ser cada vez mais figuras públicas. Não vão atuar de forma dissimulada. Eles vão atuar em nome mesmo do comunismo, coisa que aconteceu já no próprio jornal *Voz da Unidade*, que era um órgão vinculado ao Partido Comunista - então, quase todos os que escreviam ali eram militantes do partido. Essa é uma diferença importante que se tem depois.

⁴ Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.

Antes de 1979 a coisa mais importante do intelectual comunista era defender o Partido Comunista e tudo aquilo que vinha junto com o partido – a começar pela União Soviética. Os intelectuais da primeira fase são marxistas, evidentemente, mas o que eles mais faziam – e eu falo isso sem nenhuma preocupação de criticá-los – era defender o partido comunista, a luta anticapitalista, a União Soviética e suas realizações. Todo intelectual comunista dessa primeira fase fez parte de algum movimento pela paz mundial. Essa era uma bandeira dos comunistas no mundo todo, contra uma eventual guerra nuclear. Eram intelectuais muito anti-norte-americanos.

353 Depois de 1979, o trabalho dos intelectuais comunistas deixa de ser prioritariamente a defesa do partido comunista e da União Soviética. Aí você tem que embaralhar as cartas. O que os intelectuais vão fazer depois de 1979? Eles vão defender a democracia. Essa é a melhor forma de se entender o trabalho político e intelectual dos intelectuais comunistas: fazer a defesa da democracia como um valor universal – expressão que foi posta em circulação pelo artigo publicado por Carlos Nelson Coutinho em 1979, um texto canônico, seminal, que teve grande influência. Então, esse era o grande trabalho, mostrar que a democracia não tinha uma variante burguesa e outra operária. Era um valor em si.

Em termos de defesa da União Soviética, ela cai por terra com Gorbachev. E aí, passa-se a olhar de modo mais crítico o socialismo soviético, coisa que já tinha começado em 1968, com a invasão da Tchecoslováquia. Depois você ainda tem outros episódios. No começo dos anos 1980 você tem a intervenção soviética na Polônia. Então, ao longo dos anos 1980, os intelectuais comunistas vão perdendo o encanto pela União Soviética. Então eles não têm mais porque defender, como se fazia antes. Nas Olimpíadas, por exemplo, era legal ver os soviéticos ganharem mais medalhas que os EUA. Acho que isso nunca chegou a acontecer no global, mas em alguns esportes sim. A gente torcia. Mas, depois de 1979, ou até um pouco antes, essa ligação intelectual com a URSS vai diminuindo, até desaparecer. E isso foi também um dos elementos de divergência de muitos aqui de São Paulo com o Comitê Central. O Comitê Central do partido, pelo menos até a queda do muro, até 1989, portanto, sempre foi muito pró-soviético, muito ligado, até porque a URSS

ajudou muito o partido comunista brasileiro, inclusive no exílio. Eles foram todos exilados em Moscou, foram bem tratados, tinham acesso a hospitais, a moradia. Então, era um grupo dirigente muito pró-soviético. E nós, sobretudo o pessoal mais jovem, a intelectualidade mais jovem, fomos rapidamente nos afastando desse pró-sovietismo. A gente se desinteressou disso a partir das próprias circunstâncias da política internacional, da conduta da URSS dentro da própria URSS. Então, esse é um traço que distingue bastante esses dois períodos de relação entre os intelectuais e a política.

Marcelo Fontenelle e Silva: além dessa diferença em relação a esses dois momentos, a gente também pode estabelecer diferenças entre a atuação dos intelectuais comunistas no Rio de Janeiro e em São Paulo? A própria *Revista Presença* transitou entre um e outro. A gente tem figuras emblemáticas nos dois estados. Tem o Luiz Werneck Vianna que também transitou bastante...

354 **Marco Aurélio Nogueira:** Olha, talvez você possa explorar um pouco a ideia de que no Rio de Janeiro os militantes comunistas, os intelectuais, sempre haviam sido meio renovadores, meio soltos em relação a vínculos com o Comitê Central e coisas assim. Eles eram mais ativos na área cultural, sobretudo durante o período em que o Rio foi o centro da cultura brasileira, a matriz da cultura brasileira, nos anos 1960, começo de 1970. Depois a situação mudou um pouco. E também pelo fato de que aqueles intelectuais que assessoravam o partido comunista no exílio voltaram para o Brasil todos para o Rio de Janeiro. Ali, criou-se um núcleo, digamos assim, muito marcado por vínculos de amizade. Luiz Werneck Vianna não é propriamente desse núcleo. Ele tem outra trajetória, não sei se você vai entrevistá-lo, valeria a pena. Ele tinha outra trajetória, nunca foi pro exílio, nunca foi dirigente do partido, nunca assessorou o Comitê Central, a não ser muito topicamente, nunca teve uma investidura de assessor. Os outros intelectuais carregavam essa experiência do exílio. Então havia ali uma distinção, que pluralizava o núcleo. Você tinha o núcleo dos que vieram do exílio e o núcleo dos que estavam desde sempre ali, na cidade do Rio de Janeiro, muito vinculados à vida intelectual mas também ao movimento associativo carioca, o movimento de bairros, por exemplo. Werneck era muito ligado a isso. Existiam esses movimentos independentemente do Partido

Comunista, não tinham sido criados pelos comunistas, mas os comunistas estavam ali no meio. Então você tinha um universo amplo e dentro deste universo você tinha esses intelectuais que vieram do exílio, que não era propriamente ativistas associativos. Eles não faziam política na rua, como Werneck fazia, por exemplo.

Aqui em São Paulo, quando nós reorganizamos o partido, não havia grandes nomes intelectuais que vieram conosco. Intelectual dessa época era eu, um moleque de 30 anos, que tinha uma vida acadêmica. Havia os mais antigos, como Vilanova Artigas, Gianfrancesco Guarnieri, João Batista de Andrade, que desde os anos 1960 estava vinculado ao partido. Muitos jornalistas, que todos conheciam.

Creio que a grande diferença é que os intelectuais de São Paulo estavam mais preocupados em ligar o trabalho de ideias com o trabalho associativo, com o ativismo político, se envolver em associações, sindicatos, na universidade. No Rio de Janeiro havia um grupo que fazia isso, onde estava o Werneck, e um grupo que não fazia – ou fazia sem muito empenho, vamos dizer assim. Talvez seja essa a grande diferença. Não acho que existissem, no que se refere a intelectuais, muitas diferenças em termos de formulação. A grande diferença era entre mais ativismo ou menos ativismo. É como se eu dissesse assim: todos eram renovadores, mas alguns eram mais ativistas políticos do que outros.

355

Marcelo Fontenelle e Silva: Os menos ativistas eram mais acadêmicos?

Marco Aurélio Nogueira: Eu não diria acadêmicos. Por que, por exemplo, nessa época, nenhum daqueles que vieram do exílio tinha inserção acadêmica. Eles foram ter mais tarde. Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder se tornaram professores universitários quando eles tinham 50 anos. Leandro era advogado. Carlos Nelson trabalhava como tradutor. Não tinham inserção acadêmica, universitária. Depois acabaram entrando na universidade como professores, por vários motivos, até para sobreviver. E também porque eram figuras importantes no mundo das ideias e foram sendo convidados. Mas eles nunca fizeram uma carreira acadêmica típica, com defesa de tese e essas coisas todas.

Marcelo Fontenelle e Silva: professor, passamos pelos principais temas que eu listei. O último era justamente essa questão do período da redemocratização, a relação com a universidade, com a *Revista Presença*. Gostaria de saber, então, se o senhor tem mais alguma coisa a acrescentar sobre essa nossa conversa.

Marco Aurélio Nogueira: Penso ter relatado o fundamental da minha trajetória e do modo como vivi e pensei a relação entre partido e intelectuais. O tema é amplo e deve continuar a ser discutido. Não me referi tanto aos anos mais recentes, nos quais a questão sofreu alterações profundas. O Brasil mudou muito, vivemos em outro mundo, já não se faz mais política de esquerda como antes, o cálculo eleitoral pesa mais do que a ideologia ou a “paixão”, há as redes sociais. A crise do PCB não foi somente dele: expressou também a crise de uma ideia de esquerda, de socialismo, de democracia, de participação. Hoje, estamos em outra época, tudo está deslocado. O pensamento crítico precisa examinar de novo os temas clássicos da esquerda, dos partidos, do Estado, da política.

356 **Marcelo Fontenelle e Silva:** Professor, muito obrigado, mais uma vez. Essa entrevista com certeza vai ser muito importante para entender o que estava acontecendo nesse período. É um período que já é bastante estudado mas sobre o qual ainda há muitas dúvidas. Acho inclusive que pode trazer considerações importantes para entendermos o que estamos passando hoje. Então, mais uma vez, muito obrigado.